

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.555.586 - SP (2019/0225604-4)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : UNIMED DE JABOTICABAL COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
ADVOGADO : RAPHAELA ROSSI MARTINS - SP322546
AGRAVADO : MARLI APARECIDA FERREIRA TIRIBA
ADVOGADOS : CLÓVIS ALBERTO VOLPE FILHO - SP225214
DIEGO DA MOTA BORGES - SP334522

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos (art. 1.042 do CPC/2015) interposto contra decisão (e-STJ fls. 335/336) que inadmitiu o recurso especial em virtude de: (a) inexistência de violação do art. 16, VIII, da Lei n. 9.656/1998, (b) impossibilidade de análise de cláusula contratual e de matéria fático-probatória (Súmulas n. 5 e 7 do STJ) e (c) falta de similitude fática e jurídica necessárias para a demonstração da divergência jurisprudencial.

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 284):

PLANO DE SAÚDE - Negativa de cobertura integral de período de internação da autora para tratamento de hepatite C - Pleito cumulado com restituição de valores - Procedência parcial decretada - Recusa de custeio integral sob alegação de que, excedido o prazo de dez dias, cabível a cobrança de coparticipação do beneficiário - Apelante que não pode limitar o período de internação posto que o tempo necessário para o restabelecimento do paciente somente pode ser aferido pelo facultativo que o assiste - Súmula 302 do STJ - Dever da ré de arcar com as despesas decorrentes do tratamento indicado à autora, incluindo as despesas já pagas e devidamente comprovadas nos autos, de forma simples - Recurso da ré desprovido acolhido em parte o apelo da autora.

No recurso especial (e-STJ fls. 292/312), interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da CF, a parte recorrente alegou, além de dissídio jurisprudencial, violação do art. 16, VIII, da Lei n. 9.656/1998, sustentando a legalidade de cláusula que prevê a coparticipação do beneficiário no custeio de certos serviços prestados, desde que haja expressa previsão contratual.

No agravo (e-STJ fls. 339/352), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

A parte recorrida apresentou contraminuta (e-STJ fls. 355/361).

É o relatório.

Decido.

A Corte de origem entendeu que não pode a operadora limitar o período de internação (e-STJ fls. 286/287):

Isto porque, independentemente das cláusulas avençadas, a proteção ao adquirente de plano de saúde deve ser ampla a ponto de garantir o efetivo amparo de sua integridade física e psíquica, sob pena de se negar validade ao próprio objetivo do contrato, que é propiciar ao consumidor tranquilidade no que diz respeito à assistência médico-hospitalar. O afastamento de cobertura de certos procedimentos voltados à plena

Superior Tribunal de Justiça

recuperação do paciente significa, a rigor, excluir a cobertura do próprio mal, o que não pode ser admitido.

Da análise dos documentos juntados aos autos, verifica-se que a autora mantém contrato de assistência médica com a ré e que, diagnosticada com Hepatite C, lhe foi indicada internação para controle e tratamento de sua doença.

Em que pesem às alegações da ré de que somente há previsão contratual para cobertura de tratamento como o do caso dos autos pelo prazo de internação de dez dias, passando o beneficiário a arcar com coparticipação no período excedente, fato é que, para completa melhora da autora, houve necessidade de maior prazo internação para continuidade do tratamento, sob pena de piora e recaídas graves.

Nessas condições, não pode a operadora limitar o período de internação uma vez que o tempo necessário para o restabelecimento do paciente somente poderá ser aferido pelo médico que o assiste, não podendo este tempo ser comparado com as internações em clínicas psiquiátricas que são longas, sem prazo certo para seu término.

A respeito de tais razões de decidir, a recorrente não se manifestou, limitando-se a alegar a legalidade da cláusula de coparticipação.

Assim, não estando impugnado fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido, aplicável a Súmula n. 283/STF.

Diante do exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 20% (vinte por cento) o valor atualizado dos honorários advocatícios arbitrados na origem em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Deferida a gratuidade da justiça na instância de origem, deve ser observada a regra do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator